



3º EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA PARA BOLSAS DE PESQUISA NA ÁREA NUCLEAR

A **Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico de Engenharia – FDTE**, com sede na Avenida Afrânio Peixoto, 412, São Paulo – SP, doravante denominada simplesmente FDTE, apresenta o presente Edital da Chamada Pública para Bolsas de Pesquisa na área nuclear, observadas as determinações da Marinha do Brasil, os preceitos legais em vigor e as disposições deste instrumento e seus anexos.

Todas e quaisquer dúvidas sobre o programa objeto deste instrumento devem ser oportunamente encaminhadas por e-mail ou correspondência para o seguinte contato:

Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE

Thalita Marin Garcia

thalita.garcia@fdte.org.br

Telefone: (11) 3132-4247 / 3132-4000

Avenida Afrânio Peixoto, 412

São Paulo – SP

1. OBJETO

O presente Edital da Chamada Pública para Bolsas de Pesquisa na área nuclear é parte integrante do Programa Nuclear da Marinha do Brasil, desenvolvido em parte pelo Centro Tecnológico em São Paulo (CTMSP), localizado na Avenida Lineu Prestes, nº 2468, Cidade Universitária, São Paulo, SP. As bolsas do presente Edital estão vinculadas ao Convênio “Desenvolvimento de Metodologia para Qualificação, Validação e Verificação de Ferramenta Computacional Utilizada na Análise de Segurança do Reator do LABGENE” firmado entre a FDTE e o CTMSP e são regidas pela NORTEMSP Nº 01-23A (Anexo I).

A Marinha do Brasil, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, promove atividades visando à realização de pesquisas e ao desenvolvimento tecnológico no Brasil, como forma de garantir a soberania e a independência tecnológica do país. A presente chamada visa a permitir que pesquisadores brasileiros compartilhem o conhecimento acumulado e ampliem suas atividades de pesquisa na área nuclear, nos termos expostos neste instrumento.

A FDTE, na qualidade de ICT privada, comprometeu-se com a organização da presente chamada pública e gestão das bolsas de estudos para, em conjunto com o CTMSP, selecionar os pesquisadores de acordo com os critérios estipulados neste instrumento, nas linhas de pesquisa previstas.

Com esta iniciativa a Marinha do Brasil e a FDTE buscam viabilizar os meios para o atingimento dos objetivos definidos no Plano de Trabalho do convênio “Desenvolvimento de Metodologia para Qualificação, Validação e Verificação de Ferramenta Computacional Utilizada na Análise de Segurança do Reator do LABGENE”, bem como contribuir para o



desenvolvimento da engenharia e da tecnologia nuclear, capacitando pessoas e compartilhando conhecimento para o contínuo desenvolvimento tecnológico do país.

2. LINHAS DE PESQUISA

Os candidatos às bolsas deverão apresentar, na forma deste Edital, para seleção, projetos afetos ou pertinentes às linhas de pesquisa abaixo enunciadas.

1. Avaliação dos Fenômenos Relevantes para o LABGENE (desenvolvimento do PIRT) e Elaboração de uma Matriz de Validação
2. Desenvolvimento de Atividades de Verificação por meio de Análise de Escalonamento
3. Análises de Sensibilidade em Cenários de Acidentes
4. Gestão Técnica de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Área Nuclear

Temas que englobam essas áreas, mas não se limitam, e que são objetos de pesquisa e desenvolvimento do CTMSP são: desenvolvimento de um Modelo de Avaliação; elaboração de uma Tabela de Classificação de Importância de Fenômenos; levantamento e avaliação das instalações experimentais e respectivos experimentos adequados para utilização no processo de validação e verificação; desenvolvimento de modelos de simulação adequados para os padrões experimentais; avaliação e qualificação dos modelos de simulação; desenvolvimento e a avaliação da modelagem (nodalização) a ser aplicada; desenvolvimento da modelagem (nodalização) dos sistemas dos circuitos primário e secundário com seus subsistemas e respectivos equipamentos; qualificação da modelagem (nodalização) desenvolvida; definição de parâmetros termo-hidráulicos e de fidelidade geométrica; desenvolvimento e aplicação de um método de qualificação da nodalização em regime estacionário; desenvolvimento e aplicação de um método de qualificação da nodalização em regime transiente; desenvolvimento e aplicação de um método para avaliação da acurácia qualitativa e quantitativa; desenvolvimento e aplicação de um método de escalonamento; qualificação do Modelo de Simulação; levantamento e análise dos cenários operacionais pertinentes; realização de análises de sensibilidade considerando-se diferentes cenários de acidentes; e gerenciamento e otimização de atividades de pesquisa e desenvolvimento no âmbito de convênios aplicados à área nuclear.

3. DESCRIÇÃO DAS BOLSAS

Bolsa de Pós-Doutorado – O Candidato deverá ter título de Doutor em área técnica de interesse do programa nuclear, e propor um plano de trabalho aderente às linhas de pesquisa definidas no presente Edital a ser desenvolvido nas instalações do CTMSP. Em nenhuma hipótese haverá vínculo empregatício, sendo sua remuneração a título de pesquisa. A duração máxima será de 24 (vinte e quatro) meses e o candidato deverá estar vinculado a um programa de pós-doutorado de instituição com reconhecida competência na área nuclear.

Bolsa DTI – Profissional com sólido conhecimento técnico e efetiva experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação. O Candidato deverá propor um plano de trabalho aderente às linhas de pesquisa definidas no presente Edital a ser desenvolvido nas instalações



do CTMSP. Em nenhuma hipótese haverá vínculo empregatício, sendo sua remuneração a título de pesquisa. A duração máxima será de 24 (vinte e quatro) meses.

Os dados provindos das atividade de pesquisa desenvolvidas devem ser entregues ao CTMSP.

Valores das bolsas:

Pós-Doutorado - R\$ 7.373,10 (sete mil, trezentos e setenta e três reais e dez centavos) por mês.

DTI - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês.

Dedicação – Os candidatos, caso sejam aprovados, deverão dedicar-se às atividades de pesquisa, em tempo e ritmo compatíveis com as atividades exigidas no projeto, sendo vedado o acúmulo de qualquer tipo de bolsa, sob pena de restituição de todos os valores, corrigidos e acrescidos das penalidades legais.

4. REQUISITOS PARA CANDIDATURA E DOCUMENTAÇÃO

Ser brasileiro nato, maior e capaz e dispor dos títulos exigidos para a bolsa que se candidatar. No caso da bolsa de pós-doc, o candidato deverá estar vinculado a um programa de pós-graduação de instituição com reconhecida competência na área nuclear e não poderá ser supervisionado por parentes em qualquer grau.

Os seguintes documentos deverão ser apresentados pelos candidatos às bolsas nos prazos definidos na Chamada Pública por meio do e-mail informado:

- 1) Cópia simples da Cédula de Identidade ou de outro documento de identidade com fé pública e equivalente na forma da lei, acompanhado do original para conferência;
- 2) Cópia simples do Título de Eleitor;
- 3) Cópia do Histórico e/ou Diploma de Graduação, Mestrado e/ou Doutorado oficialmente emitido(s) pela instituição de ensino credenciada pelo MEC;
- 4) Atestado de Antecedentes Criminais, emitido pela Polícia Federal e pela autoridade policial estadual, competentes do local de residência do candidato;
- 5) *Curriculum vitae* atualizado (plataforma Lattes);
- 6) Cópia do cartão do Cadastro da Pessoa Física (CPF) ou certidão de inscrição, devendo esse estar regular junto à Secretaria da Receita Federal;
- 7) Comprovante de residência (conta de luz, água ou telefone);
- 8) Carta de Anuência do candidato concordando com os procedimentos de investigação interna da Marinha do Brasil, conforme modelo anexo ao presente Edital (Anexo II);



- 9) Comprovante, no caso do pós-doc, de vinculação a um programa de pós-doutorado de instituição com reconhecida competência na área nuclear; e
- 10) Projeto de pesquisa, no caso do pós-doc, indicando, o nome do supervisor e a instituição na qual esse projeto de pesquisa tenha sido apresentado.

5. SELEÇÃO DOS BOLSISTAS

O processo de seleção será presidido pela Marinha do Brasil com a colaboração da FDTE, no que for requisitada. A Comissão Avaliadora do CTMSP será composta por no mínimo 03 (três) membros, todos selecionados pela Marinha no seu corpo militar ou de pesquisa permanente, podendo contar com a participação de pesquisadores de outras instituições, a seu exclusivo critério.

Será realizada, nos termos da Carta de Anuência, uma investigação conduzida pela Marinha do Brasil, que tem por objetivo eliminar candidatos cuja vida pregressa coloque em risco a segurança nacional ou a segurança de indivíduos em razão do acesso a laboratórios de propriedade da Marinha do Brasil e a pesquisas que poderiam resultar em risco à segurança nacional, à integridade física de pessoas e ao meio ambiente. O bolsista poderá ser eliminado a depender do resultado da investigação, por decisão privativa e discricionária da Marinha do Brasil, não cabendo dessa decisão qualquer recurso ou questionamento, por tratar-se de questão de segurança nacional.

O candidato a bolsista deve demonstrar bom potencial como pesquisador e graduação e/ou mestrado e/ou doutorado concluídos no prazo normal. Haverá pontuação da análise da documentação entregue, inclusive do projeto de pesquisa, na forma dos subitens 5.1. e 5.2., abaixo.

O supervisor, no caso das bolsas de pós-doc, deve possuir a titulação de doutor, competência e produtividade em pesquisa na área do projeto. O supervisor deverá ter vínculo formal e direto com a instituição a que o aluno de pós-doc estará vinculado no programa de pós-graduação. O supervisor deverá se comprometer a assinar todas as documentações enviadas pela Marinha, sob pena de exclusão do candidato em caso de negativa.

O supervisor deve comunicar diretamente ao responsável pelo projeto no CTMSP quando mudanças no plano de trabalho forem necessárias. Todas as alterações deverão ser aprovadas previamente pela Marinha do Brasil. O supervisor deverá concordar com os dispositivos iniciais de investigação interna da Marinha para implementação da bolsa.

5.1. Critério para Seleção de Projetos a Bolsas de Pós-Doutorado do Convênio “Desenvolvimento de Metodologia para Qualificação, Validação e Verificação de Ferramenta Computacional Utilizada na Análise de Segurança do Reator do LABGENE”



O Candidato à Bolsa de Pós-Doc deve possuir título reconhecido pelo MEC de Doutor em Física, Química, Engenharia ou Tecnologia Nuclear. Candidatos graduados no exterior devem ter seus diplomas homologados em território nacional.

O candidato deverá propor atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas das linhas de pesquisa apresentadas no item 2 deste Edital. A critério da Marinha o candidato poderá visitar laboratórios e instalações, desde que solicitado formalmente, para fazer anteprojeto de pesquisa.

A pesquisa deverá ser realizada preferencialmente dentro das instalações da Marinha, que a qualquer momento a partir da avaliação do pesquisador responsável pelo projeto designado pela MB, poderá suspender a Bolsa devido a problemas de assiduidade, comportamento ou desempenho das atividades de pesquisa.

O processo seletivo para as bolsas de pós-doc será baseado em:

- Análise Curricular e Documental (classificatória e eliminatória): 40 pontos;
- Avaliação do Plano de Trabalho: 30 pontos; e
- Entrevista: 30 pontos.

Os candidatos serão classificados em ordem decrescente pela Comissão Avaliadora.

5.2. Critério para Seleção de Bolsas DTI do Convênio “Desenvolvimento de Metodologia para Qualificação, Validação e Verificação de Ferramenta Computacional Utilizada na Análise de Segurança do Reator do LABGENE”

O candidato à bolsa DTI deverá ter formação em área aderente à atividade de pesquisa a ser desenvolvida.

O candidato deverá desenvolver atividade de apoio à pesquisa e desenvolvimento nas áreas das linhas de pesquisa apresentadas no item 2 deste Edital.

O serviço de apoio à pesquisa realizado por meio da bolsa DTI deverá ser preferencialmente realizado dentro das instalações da Marinha, que a qualquer momento a partir de avaliação do pesquisador responsável pelo projeto designado pela MB, poderá suspender a Bolsa devido a problemas de assiduidade, comportamento ou desempenho em atividade de pesquisa.

O processo seletivo para as bolsas DTI será baseado em:

- Análise Curricular e Documental: 40 pontos; e
- Entrevista: 60 pontos.

Em nenhuma espécie haverá vínculo empregatício entre o candidato, a FDTE e o CTMSP.



Na Chamada Pública serão elencadas as áreas de interesse e o candidato só poderá se candidatar a uma bolsa por Chamada Pública.

Os candidatos serão convocados por correio eletrônico ou por telefone para agendamento das entrevistas.

6. PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das bolsas aprovadas será enviado para cada candidato, individualmente, em seu respectivo e-mail de cadastro informado, onde serão apresentados, ainda, a data e horário em que deverão comparecer para assinatura de instrumento contratual que regerá, de acordo com o presente Edital e a legislação em vigor no país, o cumprimento das obrigações para recebimento da bolsa de estudos.

Os candidatos não aprovados poderão apresentar recurso da decisão à Comissão Avaliadora do CTMSP por meio da FDTE. O recurso deverá ser apresentado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da comunicação sobre o resultado acima referenciado.

7. OBRIGAÇÕES DOS BOLSISTAS

- 1) Durante a vigência da bolsa, o bolsista de pós-doc deve obrigatoriamente estar vinculado a um programa de pós-doutorado de instituição com reconhecida competência na área nuclear;
- 2) O bolsista considerado apto a receber a bolsa deverá, durante sua vigência, dedicar-se às atividades de pesquisa, em tempo e ritmo compatíveis com as atividades exigidas no projeto;
- 3) O bolsista não pode fazer modificações no plano de trabalho da pesquisa sem autorização institucional da Marinha do Brasil;
- 4) O bolsista não poderá se ausentar da universidade ou instituição em que desenvolve seu projeto de pesquisa, exceto para realização de pesquisa de campo ou estágio de pesquisa, por tempo limitado, com autorização da Marinha do Brasil e anuência do orientador;
- 5) O bolsista deverá apresentar relatórios científicos à Marinha do Brasil semestralmente;
e
- 6) O bolsista deverá apresentar-se no CTMSP sempre que solicitado.

O não cumprimento dessas obrigações provoca a exclusão do bolsista e o obriga a restituir integralmente os valores a ele pagos, corrigidos e acrescidos de juros, na forma da legislação.




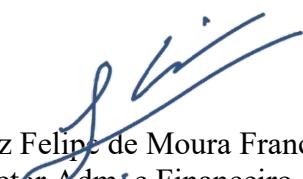
A suspensão e o cancelamento das bolsas, antes do término de sua duração, poderão ser feitos pelo Coordenador do Projeto, pelo bolsista e/ou pela FDTE, mediante alegações ou justificativas.

A suspensão de pagamento de bolsa, efetuada por meio de solicitação do Coordenador do Projeto, pode ser originada pelas seguintes situações:

- a) Ausência injustificada das atividades;
- b) Impedimentos de natureza médica ou legal;
- c) Desempenho insuficiente do bolsista; e
- d) Insuficiência de recursos para o Projeto.

São Paulo, 23 de junho de 2022.


Anapaula Haipek Campos
Diretora Superintendente


Luiz Felipe de Moura Franco
Diretor Adm.º e Financeiro



MARINHA DO BRASIL

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO

01.8/010.01

São Paulo, SP, de de 2020.

NORTEMSP Nº 01-23A

Assunto: Concessão de Bolsas em Projetos de CT&I

Referências: A) Lei nº 10.973/2004;
B) Portaria nº 99/DGDNTM/2019;
C) Lei nº 8.958/1994;
D) Decreto nº 7.423/2010; e
E) Lei nº 11.788/2008; e
F) Lei nº 8.112/1990; e
G) Instrução Normativa nº 213/2019.

Anexos: A) Cadastro do Bolsista;
B) Termo de Concordância do Bolsista com o Projeto; e
C) Concordância do Empregador do Bolsista com a participação em Projeto de CT&I do CTMSP.
D) Referenciais de valores para as modalidades de bolsas

1 – PROPÓSITO

Estabelecer as modalidades de bolsas, os critérios e requisitos para concessão, acompanhamento e os seus respectivos valores em Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) associados ao Programa Nuclear da Marinha e ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos, no âmbito do CTMSP e OM subordinadas, conforme disposto na Lei nº 10.973/2004.

2 – DEFINIÇÕES

2.1 – Bolsas

Pagamentos com natureza de doação civil para apoiar e atender projetos de ensino, pesquisa, extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação tecnológica, concedidas pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, órgãos e agências de fomento, Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) públicas e fundações de apoio que não importarão em contraprestação de serviços e vínculo empregatício de qualquer natureza nos termos dos diplomas legais em referência. Deverão estar expressamente previstas no Plano de Trabalho (PT) associado ao Projeto de CT&I, com informações das atividades a serem desenvolvidas, valores e prazo de concessão.

2.2 – Célula de Inovação Tecnológica (CIT)

Estrutura organizacional das ICT da MB vinculada técnica e funcionalmente ao NIT-MB e responsável pelos assuntos de Inovação e Propriedade Intelectual no âmbito da ICT, de acordo

com a Portaria nº 99/DGDNTM/2019.

2.3 – Fundação de Apoio (FA)

Fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICT, registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Lei nº 8.958/1994, e das demais legislações pertinentes nas esferas estadual, distrital e municipal.

2.4 – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT)

Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída, sob leis brasileiras, com sede e fórum no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

2.5 – Inovação

Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.

2.6 – Plano de Trabalho (PT)

Documento que define os objetivos, atividades, meta, cronograma de execução físico-financeiro, resultados esperados, equipe executora, pagamentos previstos para a plena execução de um projeto.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Com amparo no Art. 21-A da Lei de Inovação Tecnológica, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os órgãos e as agências de fomento, as ICTs públicas e as Fundações de Apoio poderão conceder bolsas destinadas à formação e à capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, em ICTs e em empresas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e para as atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.

A previsão de bolsas deverá estar detalhada em Plano de Trabalho definindo-se o perfil desejado, o prazo de vigência da bolsa e as atividades a serem executadas.

O Art. 1º da Lei nº 8.958/1994, permite que o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) celebre contratos e convênios com Fundação de Apoio (FA) visando dar suporte à gestão administrativa e financeira dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, de forma a atender à sua missão institucional.

As bolsas previstas nesta norma para os Projetos de CT&I não configuram vínculo empregatício e contraprestação de serviços, assim como não integrarão a base de cálculo da contribuição previdenciária do beneficiário. As atividades associadas ao pagamento dessas bolsas estarão sob o controle institucional do CTMSP.

4 – MODALIDADES DE BOLSA E DESTINATÁRIOS

4.1 – Bolsa de Estágio

Destinada a estudantes de nível médio ou curso de graduação cuja atividade no Projeto de CT&I esteja correlacionada ao aperfeiçoamento ou complementação de sua formação profissional, de acordo com a Lei nº 11.788/2008.

4.2 – Bolsa Acadêmica

Com caráter acadêmico, é destinada aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado de instituições de ensino superior cadastrado e reconhecidos no Ministério da Educação (MEC), atuando em áreas aderentes aos temas dos

Projetos de CT&I.

4.3 – Bolsa de Pesquisa e Desenvolvimento

Com caráter de pesquisa e desenvolvimento, é destinada a profissionais graduados com capacitação comprovada para complementação de competência de equipes em Projetos de CT&I que não possuam vínculo empregatício no setor público.

4.4 – Bolsa de Estímulo à Inovação

São destinadas à formação e capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico, assim como atividades de extensão inovadora e transferência tecnológica. Enquadram-se neste segmento o servidor civil, militar, o empregado da ICT pública, o aluno de curso técnico, de graduação ou de pós-graduação envolvidos na execução das atividades de Projeto de CT&I específico, desde que previstas e devidamente identificadas no Plano de Trabalho. Essas atividades dar-se-ão sem prejuízo das atribuições funcionais a que estiverem sujeitos os envolvidos.

5 – CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS

O CTMSP poderá conceder as modalidades de bolsas descritas no item 4 em Projetos de CT&I, mediante as seguintes condições:

- a) identificação da necessidade, bem como oportunidade, de realização de atividades associadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação que possam ser executados por bolsistas nas modalidades previstas nesta Norma;
- b) as bolsas serão destinadas à formação e capacitação de recursos humanos, à agregação de especialistas que contribuam para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, e às atividades de extensão tecnológica, de proteção de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia;
- c) previsão expressa no Plano de Trabalho, no mínimo, dos requisitos técnicos do bolsista, especificação das atividades a serem desenvolvidas e condições da bolsa: formação e perfis necessários, valor mensal, periodicidade e duração da bolsa e cronograma de atividades do bolsista no projeto;
- d) atendimento do perfil do beneficiário (qualificação e experiência profissional) previsto no instrumento jurídico, compatível com o escopo do Projeto de CT&I e aceitação do candidato à bolsista pelo Coordenador do Projeto mediante apresentação de currículo e certificados para validação das informações prestadas;
- e) as bolsas poderão ser intermediadas via Fundação de Apoio Credenciada entre a ICT e o bolsista mediante estabelecimento de convênio entre as partes;
- f) O bolsista, quando em processo de seleção pela ICT, deverá preencher os formulários constantes nos anexos A, B e C;
- g) Após escolhido o bolsista, o agente pagador: ICT, Fundação de Apoio ou Agências de Fomento receberá uma via do anexo A e começará a realizar o pagamento conforme estipulado no Plano de Trabalho;
- h) A manutenção da bolsa no decorrer do projeto deverá ser ratificada pelo coordenador mediante a apresentação de relatório de atividades desenvolvidas pelo bolsista a cada 6 meses.
- i) No caso de bolsa de estímulo à inovação, o limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas recebidas pelo servidor público não poderá exceder, em qualquer hipótese, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do inciso XI, Art. 37, da Constituição Federal; e
- j) Profissionais com vínculo celetista ou de servidor público somente poderão ser bolsistas caso comprovem dispor de carga horária compatível com as atividades do projeto e após concordância expressa do empregador. Caso o bolsista adquira vínculo celetista ou de servidor público durante a execução do Projeto, será necessário o preenchimento dos anexos B e C, sendo a bolsa reajustada ou cancelada devido à nova disponibilidade do bolsista.

6 – REFERENCIAIS DE VALORES

Para a definição dos referenciais de valores das bolsas, deverão ser respeitadas as seguintes premissas:

a) Bolsa de Estágio: valor de referência de acordo com a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019.

b) Bolsa Acadêmica e Bolsa de Pesquisa e Desenvolvimento: valor de referência com base no praticado pelas agências de fomento de pesquisa científica e tecnologia governamental federal ou estadual; e

c) Bolsa de Estímulo à Inovação: valor máximo de referência com base na Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial praticado pelo CNPQ.

Crítérios diferentes do apresentado nos itens a, b, c deverão estar definidos e descritos de forma objetiva no PT e serão submetidos à avaliação do Órgão Colegiado Superior para aprovação.

Os valores referenciais acima estão detalhados no anexo D.

7 – PAGAMENTO

Atendida às condições de concessão previstas no item 4 e havendo saldo favorável no Projeto de CT&I, o Coordenador do Projeto autorizará o pagamento por meio de depósito diretamente na conta bancária de titularidade do beneficiário, diretamente da ICT ou via Fundação de Apoio.

8 – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 – Da ICT

a) Zelar pelo cumprimento desta Norma;

b) Estabelecer procedimentos visando à seleção de candidatos, utilizando critérios objetivos e justificados;

c) Prestar, à Fundação de Apoio, em caso de sua interveniência no Projeto, todas as informações concernentes aos tipos de bolsas, da forma, valor e periodicidade de pagamentos, bem como de outras informações de interesse ao Projeto.

8.2 – Do Bolsista

a) Ter o perfil adequado às respectivas atividades propostas no Projeto;

b) Anuir expressamente à proposta, mediante avaliação técnica do Projeto, com a assinatura do Termo de Concordância do Bolsista com o Projeto (anexo B);

c) Dedicar-se às atividades de pesquisa, em tempo e ritmo compatível com as atividades exigidas no Projeto;

d) Emitir relatório semestral descrevendo o trabalho desenvolvido neste período para avaliação do coordenador.

e) Solicitar permissão à ICT para a divulgação de trabalhos resultantes do projeto de CT&I, e caso autorizado, fazer referência ao desenvolvimento desse projeto pela ICT;

f) Apresentar em forma de relatório semestral as atividades realizadas conforme estabelecido no PT;

g) Informar à ICT sobre qualquer resultado do projeto de CT&I que seja passível de proteção por direitos de propriedade intelectual e ter o seu direito à propriedade intelectual resguardada conforme Política de Inovação do CTMSP;

h) Ressarcir pagamentos recebidos devidamente atualizados pelo valor do mês vigente, à Instituição que tiver aportado os recursos da Bolsa no caso de desistência das atividades pertinente por iniciativa própria, abandono ou não cumprimento dos compromissos estabelecidos em lei, na Política de Inovação do CTMSP e nesta Norma.

i) No caso de profissionais com vínculo celetista ou de servidor público apresentar concordância da Instituição na qual trabalha para participação em Projeto de CT&I do CTMSP.

8.3 – Do Coordenador do Projeto

- a) Analisar os currículos dos bolsistas de maneira imparcial visando às competências técnicas necessárias às atividades definidas no PT;
- b) Acompanhar as atividades técnicas desenvolvidas pelo bolsista;
- c) Avaliar o desempenho do bolsista ratificando o relatório semestral emitido por esse e encaminhar a CIT para arquivo; e
- d) Realizar o acompanhamento das questões administrativas do bolsista; e

8.4 – Da Fundação de Apoio (para bolsas intermediadas por Fundação de Apoio)

- a) Administrar os recursos destinados para Bolsas de acordo com o estabelecido no projeto;
- b) Ser a entidade responsável pela emissão e assinatura do Termo de Concessão de Bolsa próprio da FA junto ao bolsista;
- c) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos no projeto e no respectivo Plano de Trabalho; e
- d) Cumprir as determinações legais, da Política de Inovação do CTMSP e desta Norma.

9 – DO CONTROLE

O controle e fiscalização das atividades realizadas pelos bolsistas serão feitos pelo Coordenador do Projeto, através da emissão periódica de relatório de acompanhamento das atividades quando da avaliação do andamento do Projeto pela Célula de Inovação Tecnológica do CTMSP.

10 – SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

A suspensão e o cancelamento das bolsas, antes do término de sua duração, poderão ser feitos pelo Coordenador do Projeto, pelo bolsista e/ou pela ICT, mediante alegações ou justificativas.

A suspensão de pagamento de bolsa, efetuada por meio de solicitação do Coordenador do Projeto, pode ser originada pelas seguintes situações:

- a) Ausência injustificada das atividades;
- b) Impedimentos de natureza médica ou legal;
- c) Desempenho insuficiente do bolsista; e
- d) Insuficiência de recursos para o Projeto.

11 – DAS VEDAÇÕES

É vedado:

- a) Fica vedado o recebimento simultâneo ou acúmulo de mais de uma bolsa no âmbito do CTMSP e OMSUBO, concedidas pela ICT ou por Fundação de Apoio em projetos de CT&I;
- b) o pagamento de quaisquer tipos de bolsas a servidores, que caracterize contraprestação de serviços, como por exemplo:
 - I) participação de servidores da área-meio do CTMSP/OMSUBO para desenvolver atividades de sua atribuição regular, mesmo que fora de seu horário de trabalho; e
 - II) participação de servidores em atividades de desenvolvimento, instalação ou manutenção de produtos ou serviços de apoio a áreas de infraestrutura operacional do CTMSP/OMSUBO não previstas no PDI.
- c) concessão de bolsas a servidores a título de retribuição pelo desempenho de funções comissionadas;
- d) concessão de bolsas a servidores pela participação nos conselhos das fundações de apoio;
- e) cumulatividade do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, de que trata o Art. 76-A da Lei nº 8.112/1990, pela realização de atividades remuneradas com a concessão de bolsas de que trata o art. 7º do Decreto nº 7.423/2010;
- f) fica vedado o pagamento de bolsas de estímulo a inovação para os militares do CTMSP e OM subordinadas.

12 – VIGÊNCIA

Esta NORTEMSP entra em vigor na presente data.

NORIAKI WADA

Vice-Almirante

Diretor

GILMAR ERCIVAL BRAND

Segundo-Tenente (AA)

Assistente

AUTENTICADO DIGITALMENTE

Distribuição: BtldefNBQR-Aramar, CCEMSP, CDS, CINA, DDNM, CTMSP-01, CTMSP-01.6, CTMSP-01.8, CTMSP-02, CTMSP-10, CTMSP-20, CTMSP-30, CTMSP-40 e Arquivo.

ANEXO A
Cadastro do Bolsista

Projeto:		Nº Pedido:	
Informações para Contratação			
Tipo de Bolsa:		Valor Mensal:	
Período:	Data início:	Data final:	
Nome:			
CPF:		Nacionalidade:	
Identidade ou Passaporte:			
Escolaridade:			
Atividades a serem desenvolvidas:			
Filiação:			
Grau de Instrução: () Ensino Médio () Superior () Pós-Graduado () Mestrado () Doutorado () Pós Doutorado			
Endereço:		Nº	Compl.
Bairro:	Município:	UF.:	CEP.:
Contatos:			
Tel. Residencial	Tel. Cel.	E-mail	
Dados Bancários			
Banco:	Agência:	Dígito da Agência:	
Conta:	Dígito da Conta:	Tipo de Conta:	
Informações Complementares:			
USO EXCLUSIVO DO COORDENADOR DO PROJETO			
Candidato Aprovado:			
Data de Admissão: / /			
AUTORIZAÇÕES			
GERENTE/COORDENADOR	CIT-CTMSP	AGENTE PAGADOR	

ANEXO B
Termo de Concordância do Bolsista com o Projeto

Em ____/____/_____, no Centro Tecnológico da Marinha, Organização Militar situada na Av. Professor Lineu Prestes, 2468 - Cidade Universitária - São Paulo/SP, _____, nacionalidade: _____, estado civil: _____, residente e domiciliado (a) à _____, Bairro _____, CEP _____, Cidade _____/_____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pelo _____, e inscrito (a) no CPF nº _____, na qualidade de BOLSISTA, declaro estar ciente das atividades a serem desenvolvidas no presente Plano de Trabalho e concordo com as atribuições a mim designadas nesse documento.

Declaro ainda que, conforme a NORTEMSP 01-23/CTMSP, as bolsas previstas nesta norma para os Projetos de CT&I não configuram vínculo empregatício e contraprestação de serviços, assim como não integrarão a base de cálculo da contribuição previdenciária do beneficiário, tampouco obrigações previdenciárias, encargos sociais ou fiscais de qualquer natureza, dado a manifesta inexistência de subordinação, não se aplicando as disposições contidas na CLT e legislação complementar.

I. Tipo de Bolsa à qual foi designado:

- Bolsa de Estágio
- Bolsa Acadêmica
- Bolsa de Pesquisa e Desenvolvimento
- Bolsa de Estímulo à Inovação

II. Já recebe alguma outra Bolsa de outra Instituição? Se sim, qual o valor?

- Sim. Valor R\$ _____
- Não

III. É Servidor Público ou algum outro vínculo empregatício?

- Sim
- Não

No caso de servidor público para o item III:

Declaro que o valor da soma da remuneração, retribuições e bolsas recebidas não excede, em qualquer hipótese, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do inciso XI, Art. 37, da Constituição Federal.

BOLSISTA

ANEXO C

Concordância do Empregador do Bolsista com a participação em Projeto de CT&I do CTMSP

Conforme NORTEMSP 01-23/CTMSP, “profissionais com vínculo celetista ou de servidor público somente poderão ser bolsistas caso comprovem dispor de carga horária compatível com as atividades do projeto e após concordância expressa do empregador. Caso o bolsista adquira vínculo celetista ou de servidor público durante a execução do Projeto, a bolsa será reajustada nas novas condições de trabalho ou cancelada”.

Desta forma, em ____/____/_____, _____, inscrito (a) no CPF nº _____, na qualidade de EMPREGADOR do BOLSISTA _____, inscrito (a) no CPF nº _____, atesta, para os devidos fins, que o mesmo poderá exercer atividades relacionadas ao Projeto de CT&I _____ com carga horária de _____.

NIT da ICT Parceira
(somente para casos que o empregador é uma ICT)

EMPREGADOR/ICT Parceira

BOLSISTA

ANEXO D
Referenciais de Valores para as Diferentes Modalidades de Bolsas

Bolsas de Estágio		
Nível	4 horas semanais	6 horas semanais
Nível Médio	R\$ 486,05	R\$ 694,36
Nível Superior na modalidade Graduação	R\$ 787,98	R\$ 1.125,69
Nível Superior na modalidade Pós-Graduação	R\$ 1.165,65	R\$ 1.665,22
Bolsas Acadêmicas		
Iniciação Científica	De R\$ 400,00 a R\$ 695,70	
Mestrado	De R\$ 1.500,00 a 2.043,00	
Doutorado	De R\$ 2.200,00 a 3.010,80	
Pós-Doutorado	De R\$ 4.100,00 a R\$ 7.373,10	
Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (DTI)		
Máximo de R\$ 4.000,00		
Bolsa de Estímulo a Inovação		
Máximo de R\$ 4.000,00		

Observações:

- 1) Os valores para as bolsas de estágio são os valores estipulados na Instrução Normativa nº 213/2019 que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2) Os valores das bolsas acadêmicas são os valores praticados pelas agências de fomento CNPQ e Fapesp para os valores mínimos e máximos, respectivamente. Sugere-se a utilização dos valores do CNPQ para os projetos que utilizam recursos da MB para o pagamento das bolsas.
- 3) As bolsas DTI e de Estímulo a Inovação são referenciadas pelos valores das Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora praticada pelo CNPQ.



MARINHA DO BRASIL
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO
Declaração de Autorização (DA)

Eu, _____,
(nome completo e RG) na situação de candidato a Bolsa de Pós-graduação e
Pesquisa na Área Nuclear, autorizo que se proceda uma Verificação de Dados
Biográficos (VDB).

São Paulo, _____ de _____ de 2022.

Nome completo

Assinatura